

## Lei do Orçamento do Estado 2020 | *por Equipa Tax da Conceito*

### Alterações ao Código do IRS

Foi publicada a Lei nº 2/2020, de 31 de março, que aprova o Orçamento de Estado para 2020. Abaixo destacamos as principais alterações em sede de IRS.

#### Rendimentos da categoria B

Para efeitos de rendimento da categoria B, deixa de ser considerada mais-valia a transferência para o património particular do empresário de bem imóvel habitacional que seja, de imediato, afeto à obtenção de rendimentos da categoria F (rendimentos prediais).

#### Rendimentos prediais - Direito real de habitação duradoura (DHD)

Inclui-se no conceito de rendimentos prediais as importâncias recebidas relativas aos contratos de direito real de habitação duradoura, cujo regime jurídico foi criado através do Decreto-Lei n.º 1/2020, de 9 de janeiro.

O rendimento fica sujeito a tributação desde (i) o seu recebimento ou colocação à disposição relativamente ao pagamento da prestação pecuniária mensal, e, (ii) desde o momento em que a prestação pecuniária anual constitua rendimento, ou seja, deduzida pelo proprietário em virtude do não cumprimento pelo morador das suas obrigações na parte respeitante à caução inicial.

Estes rendimentos, na parte respeitante ao pagamento da prestação pecuniária mensal, estão sujeitos à taxa especial autónoma de 10%.

#### Mais-Valias

As mais-valias inerentes à restituição ao património particular de imóvel que, previamente, tenha sido afeto a uma atividade empresarial e profissional não são sujeitas a tributação sempre que o imóvel habitacional tenha sido afeto à obtenção de rendimentos da categoria F e gerar rendimentos desta natureza durante cinco anos consecutivos.

#### Rendimentos auferidos por estudantes considerados dependentes

Ficam excluídos de exclusão de tributação os rendimentos auferidos por estudantes considerados dependentes, que frequentem estabelecimento de ensino integrado no sistema nacional de educação que revistam a natureza de rendimentos de rendimentos do trabalho dependente (Cat. A) ou de contratos de prestações de serviços (Cat. B), incluindo os atos isolados. O limite anual da exclusão corresponde a 5 vezes o valor do IAS (aproximadamente 2.194,05 euros).

#### Alojamento local - Agravamento do coeficiente

O coeficiente a aplicar, no âmbito do Regime Simplificado de IRS, aos rendimentos decorrentes da exploração de estabelecimento de alojamento local na modalidade de moradia ou apartamento, localizados em área de contenção, passa a ser de 0,50.

Mantém-se o coeficiente de 0,35 para os rendimentos decorrentes da exploração de estabelecimento de alojamento local na modalidade de moradia ou apartamento localizados fora dessas áreas.

O conceito de área de contenção consta do artigo 15.º-A do Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, aditado pela Lei n.º 62/2018, de 22 de agosto.



## Lei do Orçamento do Estado 2020 | *por Equipa Tax da Conceito*

### Alterações ao Código do IRS (Cont.)

#### Taxas gerais

Os limites dos escalões sofrem uma atualização de 0,3%, mantendo-se inalteradas as taxas aplicáveis:

Rendimento coletável (euros)	Taxas (percentagem)	
	Normal (A)	Média (B)
Até 7112	[...]	[...]
De mais de 7112 até 10 732	[...]	[...]
De mais de 10 732 até 20 322	[...]	[...]
De mais de 20 322 até 25 075	[...]	[...]
De mais de 25 075 até 36 967	[...]	[...]
De mais de 36 967 até 80 882	[...]	[...]
Superior a 80 882	[...]	-

#### Deduções dos descendentes e ascendentes

Nas famílias com 2 ou mais dependentes, independentemente da idade do primeiro dependente, o acréscimo das deduções à coleta relativas aos dependentes passa a ser 300 euros a partir do segundo dependente que não ultrapasse os 3 anos de idade até 31 de dezembro do ano a que respeite o imposto.

Este acréscimo passa a ser 150 euros relativamente a cada um dos sujeitos passivos com responsabilidades parentais quando, no âmbito do acordo de regulação do exercício das responsabilidades parentais se estabeleça a responsabilidade conjunta e a residência alternada do menor.

#### Dedução de encargos com imóveis

Também passam a ser dedutíveis à coleta de IRS 15% do valor suportado por qualquer membro do agregado familiar com rendas no âmbito de contratos de direito real de habitação duradoura no ano em que tais importâncias sejam tributáveis como rendimento do proprietário, até ao limite de 502 euros.

Ainda no âmbito destes contratos, a importância suportada a título de caução inicial deve ser indicada pelo morador na declaração relativa ao ano em que seja tributável como rendimento do proprietário.

#### Dedução pela exigência de fatura

A dedução à coleta do IRS do IVA suportado em atividades veterinárias passa a compreender a aquisição de medicamentos de uso veterinário.

#### Eliminação da dupla tributação jurídica internacional

Os titulares de rendimentos obtidos no estrangeiro relativamente aos quais, por força de convenção para eliminar a dupla tributação celebrada em Portugal, seja aplicado o método do crédito de imposto no Estado da fonte não beneficiam do direito a crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional.

#### Retenção na fonte – financiamento colaborativo

As entidades gestoras de plataformas de financiamento colaborativo (“crowdfunding”), cuja sede ou direção efetiva ou estabelecimento estável esteja localizado em território nacional, passam a estar obrigadas a efetuar retenção na fonte sobre os rendimentos de capitais que paguem ou coloquem à disposição.

#### Pagamentos por conta

Os titulares de qualquer categoria de rendimentos, cujas entidades devedoras dos rendimentos não se encontrem obrigadas a efetuar retenção na fonte, passam a poder efetuar pagamentos por conta do imposto devido a final, desde que o montante de cada entrega seja igual ou superior a 50 euros.

#### Arrendamento de longa duração - Norma interpretativa

Clarifica-se que as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2019, de 9 de janeiro, com o sentido de que os contratos de arrendamento que beneficiam da redução de taxas são apenas os habitacionais, e não os de outro tipo como, por exemplo, o arrendamento comercial, têm natureza interpretativa, pelo que serão de aplicar desde a sua entrada em vigor.

## Lei do Orçamento do Estado 2020 | *por Equipa Tax da Conceito*

### Alterações ao Código do IRS (Cont.)

#### **“IRS Jovem” – Rendimentos do trabalho dependente**

Passam a estar parcialmente isentos de IRS os rendimentos do trabalho dependente auferidos por jovens entre os 18 e os 26 anos, que não sejam considerados dependentes, nos três primeiros anos de obtenção de rendimentos do trabalho após o ano da conclusão de ciclo de estudos igual ou superior ao nível 4 do Quadro Nacional de Qualificação.

Esta isenção parcial apenas é aplicável a sujeitos passivos cujo primeiro ano de obtenção de rendimentos após a conclusão de um ciclo de estudos seja o ano de 2020 ou posterior e cujo rendimento bruto nestes anos não ultrapasse o limite superior do 4º escalão da tabela de taxas gerais (25.075 euros em 2020).

A referida isenção será de 30% no primeiro ano, 20% no segundo ano e de 10% no terceiro ano com os limites de 7,5 vezes o IAS, 5 vezes o IAS e 2,5 vezes o IAS, respetivamente.

Esta isenção só pode ser utilizada uma vez pelo mesmo sujeito passivo e implica ainda o englobamento dos rendimentos isentos para efeitos de determinação da taxa progressiva a aplicar.

Relativamente à retenção na fonte sobre estes rendimentos, as entidades devedoras devem aplicar a taxa de retenção que corresponda à totalidade dos rendimentos, incluindo os isentos, apenas à parte dos rendimentos que não esteja isenta, consoante o ano de obtenção dos rendimentos.

#### **Deduções à coleta – e-fatura**

À semelhança dos anos anteriores, é criado, relativamente à declaração anual de IRS de 2019, um regime transitório que permite a introdução manual dos montantes relativos a encargos de saúde, com imóveis e lares, bem com despesas de educação e formação, que não tenham sido comunicadas através do Portal das Finanças, desde que possam ser devidamente comprovados na parte que exceda o valor previamente comunicado.

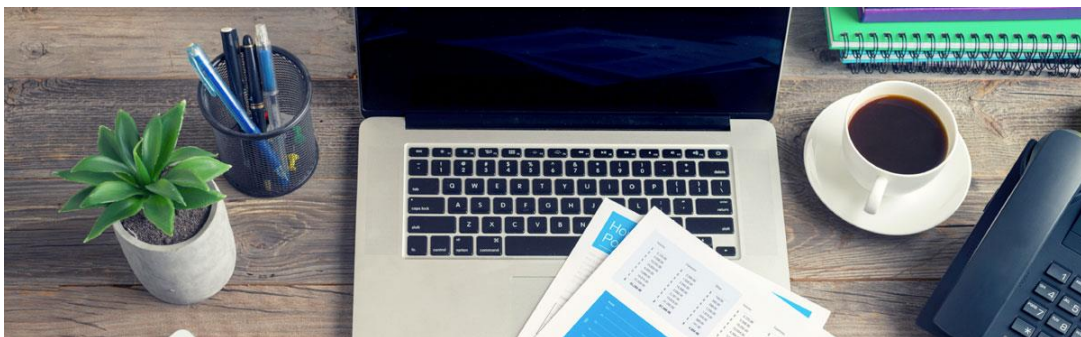
Desta forma, tal como no ano anterior, fica prejudicada a possibilidade de os sujeitos passivos reclamarem dos montantes destas deduções à coleta previamente apurados pela Autoridade Tributária.

É, igualmente, introduzido um regime transitório similar para as despesas e encargos relacionados com a atividade empresarial ou profissional de sujeitos passivos de IRS enquadrados no regime simplificado a aplicar à declaração de rendimentos do ano 2019.

#### **Autorização Legislativa – Deduções ambientais**

Fica o Governo autorizado a criar deduções ambientais que incidam sobre as aquisições de unidades de produção renovável para autoconsumo, bem como de bombas de calor com classe energética A ou superior, desde que afetas a utilização pessoal.

Esta autorização legislativa tem a duração de um ano económico e visa permitir a dedução à coleta de IRS de cada sujeito passivo, num montante correspondente a uma parte do valor suportado a título das despesas já referidas, com o limite global máximo de 1.000 euros.



## State Budget Act 2020 | *by Tax Team of Conceito*

### Amendment to the Personal Income Tax Code

Law No. 2/2020 of 31<sup>st</sup> March 2020, which approved the 2020 state budget, has been published. Below you will find the main changes as regards personal income tax.

#### Category B income

For the purposes of category B income, the transfer of a housing property to the private assets of an entrepreneur is no longer considered as capital gains, provided that it is immediately used to obtain category F income (property income).

#### Property income – Right in rem to lifelong housing

The concept of income from immovable property includes the amounts received in respect of lifelong tenancy agreements, whose legal framework was established by Decree-Law No. 1/2020 of 9<sup>th</sup> January.

This income is subject to taxation as soon as (i) it is received or made available for the payment of the monthly rent, and (ii) the annual rents constitute income or are claimed by the landlord as a result of the tenant's failure to meet their obligations in the part relating to the initial deposit.

This income, in so far as it relates to the payment of the monthly rent, is subject to the special autonomous rate of 10 per cent.

#### Capital gains

Capital gains from the restitution of private real estate that had previously been assigned to a business or professional activity are not subject to taxation whenever that residential property has been assigned to Category F income and has generated income of this nature for five consecutive years.

#### Income earned by dependent students

Income earned by dependent students that attend an educational establishment integrated into the national education system that is in the nature of income from employment (Cat. A) or from contracts for the provision of services (Cat. B), including one-off events, shall be exempted from taxation. The annual limit for this exemption corresponds to 5 times the value of the social support index (approximately EUR 2,194.05).

#### Local accommodation – Aggravation of the coefficient

Under the simplified personal income tax scheme, the coefficient to be applied to income arising from the operation of a local accommodation unit in the form of a house or apartment located in a restricted area shall now be 0.50.

The coefficient of 0.35 is maintained for income from the operation of a local accommodation unit in the form of a house or apartment located outside those areas.

The concept of restricted area is set out in Article 15-A of Decree-Law No. 128/2014 of 29<sup>th</sup> August, amended by Law No. 62/2018 of 22<sup>nd</sup> August.



## State Budget Act 2020 | by Tax Team of Conceito

### Amendment to the Personal Income Tax Code (Cont.)

#### General rates

Tax band limits have been updated by 0.3 per cent, while the applicable rates have remained unchanged:

Taxable income (euros)	Rates (percentage)	
	Normal (A)	Average (B)
Up to 7112	[...]	[...]
From more than 7 112 to 10 732	[...]	[...]
From more than 10 732 to 20 322	[...]	[...]
From more than 20 322 to 25 075	[...]	[...]
From more than 25 075 to 36 967	[...]	[...]
From more than 36 967 to 80 882	[...]	[...]
Over 80 882	[...]	-

#### Allowances for descendants and ascendants

For families with 2 or more dependents, regardless of the age of the first dependent, tax allowances for dependents are increased by EUR 300 from the second dependent that does not exceed 3 years of age until 31<sup>st</sup> December of the year to which the tax applies.

This increase shall be EUR 150 for each taxpayer with parental responsibilities when the joint responsibility and alternate residence of the child are defined in the parental responsibility agreement.

#### Relief due to expenses with property

Additionally, 15 per cent of the amount spent by any member of the household with rents under right in rem to lifelong housing tenancy agreements in the year in which such amounts are taxable as owner's income, up to a limit of EUR 502, can be set against your tax liability.

Also under these contracts, the amount spent as initial deposit must be indicated by the tenant in the tax return for the year in which it is taxable as owner's income.

#### Tax relief for invoices received

You can claim relief on your tax return for the value-added tax paid for veterinary activities, now including the acquisition of veterinary medicines.

#### Elimination of the international juridical double taxation

Holders of income obtained abroad in respect of which the method of tax credit in the source state is applied under a convention to eliminate double taxation entered into in Portugal do not benefit from the right to a tax credit for international juridical double taxation.

#### Withholdings at source – collaborative funding

The entities managing collaborative funding platforms ('crowdfunding'), whose head office or effective management or stable establishment is located in Portugal, are now obliged to withhold tax on the capital income they pay or make available.

#### Payments on account

Taxpayers in any category of income, whose employers are not obliged to withhold tax, will now be able to make payments on account for the tax bill, provided that the amount of each payment is equal to or greater than EUR 50.

#### Long term lease – Interpretative Standard

It is clarified that the amendments introduced by Law No. 3/2019 of 9<sup>th</sup> January in the sense that the lease agreements that benefit from the reduction of fees are only those related to housing and not those of another type, e.g., commercial leases, have an interpretative nature, and shall therefore apply since their entry into force.

## State Budget Act 2020 | by Tax Team of Conceito

### Amendment to the Personal Income Tax Code (Cont.)

#### 'Young personal income tax' – Income from employment

Income from employment earned by young people between the ages of 18 and 26, who are not considered dependents, during the first three years of obtaining income from employment after the year of completion of a course equal to or higher than level 4 of the national qualification framework, shall now be partially exempt from personal income tax.

This partial exemption only applies to taxpayers whose first year of obtaining income after completing a course of study is 2020 or later and whose gross income in those years does not exceed the upper limit of the 4<sup>th</sup> band of the general tax bands (EUR 25,075 in 2020).

This exemption will be 30% in the first year, 20% in the second year and 10% in the third year with the limits of 7.5 times the social support index, 5 times the social support index and 2.5 times the social support index, respectively.

This exemption may only be used once by the same taxpayer and also implies the inclusion of the exempted income for the purposes of determining the progressive rate to be applied.

Regarding the tax withheld on this income, employers should apply the withholding tax rate corresponding to the total income (including the exempted income), but only to the part of the income that is not exempted depending on the year in which the income was obtained.

#### Tax allowances – e-invoice

As in previous years, a transitional scheme has been created for the 2019 annual personal income tax return, allowing the manual introduction of amounts relating to health charges, and expenses with properties and old people's homes, as well as education and training expenses, which have not been communicated through the Finance Portal, provided that they can be proven in the part that exceeds the amounts that had been previously communicated.

Thus, as in the previous year, the possibility for taxpayers to claim the amounts of these tax allowances previously calculated by the Tax Authority is harmed.

A similar transitional scheme has also been introduced for expenses and charges related to the business or professional activity of personal income taxpayers under the simplified scheme to be applied to the 2019 tax return.

#### Legislative Authorisation – Environmental allowances

The Government has been authorised to create environmental allowances for purchases of renewable production units for own consumption as well as heat pumps with energy class A or higher, provided that they are for personal use.

This legislative authorisation has a duration of one economic year and aims to allow each income taxpayer a tax allowance that corresponds to a part of the aforementioned expenses with an overall maximum limit of EUR 1,000.

